



Nº 04 – JUNHO/2018

DESTAQUES

**OMC confirma a legalidade das embalagens padronizadas implantadas na Austrália
Projeto de Lei com esta finalidade tramita no Senado brasileiro**

A Organização Mundial do Comércio confirmou o direito da Austrália de impor que os cigarros sejam vendidos em embalagens padronizadas, sem nenhum logotipo, o que pode determinar a implementação do artigo onze (11) entre os países signatários da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Um painel de especialistas em solução de controvérsias apoiou a legalidade da medida implantada na Austrália desde 2011.

“Embalagem padronizada é uma medida baseada em evidências que a OMS recomenda como parte de uma abordagem abrangente para o controle do tabaco”, disse Tarik Jasarevic, porta-voz da OMS, por e-mail. “Uma decisão positiva do painel da OMC provavelmente acelerará a implementação global”.

Uma longa lista de países, incluindo Bélgica, Canadá, Colômbia, Índia, Panamá, Malásia, Turquia e Cingapura, está considerando esta medida em suas políticas regulatórias. Até agora, a França, a Hungria, a Irlanda, a Nova Zelândia, a Noruega, a Eslovênia e o Reino Unido já aprovaram essas regras.

No Brasil, o Projeto de Lei do Senado n. 769/2015, de autoria do Senador José Serra, que implanta as embalagens padronizadas está tramitando na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. O PLS recebeu parecer favorável do relator, Senador Cristovam Buarque, e conta com oposição dos Senadores Ana Amélia Lemos e Ivo Kassol, que solicitaram uma audiência pública na Comissão para debater o tema tendo como convidados a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, a ETCO e a ABIFUMO, opositores da proposição.

Governos hesitaram em implementar a embalagem padronizada depois que um grupo de países produtores de tabaco processou a Austrália por supostamente violar as regras de propriedade intelectual da OMC e por estabelecer barreiras ilegais ao comércio após se tornar o primeiro país a implementar a medida.

Quatro países produtores de tabaco - Cuba, República Dominicana, Honduras e Indonésia - entraram com a disputa na OMC. Eles podem recorrer da decisão, que normalmente exigiria uma decisão dentro de 90 dias. No entanto, é provável que o prazo seja prorrogado, devido à complexidade da disputa e à escassez de membros do

painel no sistema de órgãos de apelação da OMC. A OMC não cumpriu o prazo de 90 dias para qualquer recurso desde 2014.

Fonte: Blomberg - Edição: SE-Conicq

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-06-28/wto-tobacco-ruling-opens-door-to-new-plain-packaging-laws>

BRASIL

MPF processa TV Globo por veicular de maneira atrativa consumo de tabaco e álcool

O Ministério Público Federal (MPF/DF) enviou à Justiça Federal uma ação civil pública contra a TV Globo e o Ministério da Justiça. O processo questiona a veiculação da novela “Meu Pedacinho de Chão” que exibiu reiteradamente o consumo de tabaco e álcool durante todo o enredo da obra. Entretanto, o horário de transmissão e a classificação indicativa dada pela própria emissora, não condizia com a exibição de tal conteúdo. Além disso, a ação contesta o monitoramento tardio realizado pelo MJ, quanto ao respeito às regras de classificação indicativa.

A ação pede indenização da emissora no valor de R\$16 milhões a serem creditados preferencialmente no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Paralelamente solicita que a TV Globo seja obrigada a transmitir, no mesmo horário e pelo mesmo período de veiculação da novela, mensagens de 30 segundos com informações sobre as graves consequências geradas pelo consumo do álcool e do tabaco. Ao Ministério da Justiça caberá reclassificar a obra para “não recomendado para menores de 12 anos”, já que a produção continua disponível no “Globo Play”.

O Ministério Público analisou o conteúdo veiculado pelo folhetim e constatou que, em quase 50% dos capítulos, há cenas envolvendo o consumo sistemático de drogas lícitas, como o tabaco e bebidas alcoólicas. No entanto, o horário de veiculação – 18 horas – e a classificação da obra (não recomendada para menores de 10 anos) não correspondiam ao conteúdo transmitido.

Além disso, as investigações apontaram que “Meu Pedacinho de Chão” foi exibida durante a chamada faixa de proteção à criança (das 6h às 20h) e utilizou elementos audiovisuais atrativos ao público infantil, compondo-se de cenários e figurinos fabulosos e coloridos, bem como personagens infantis e ocasionalmente clipes musicais, favorecendo a aproximação desse público com as figuras dramáticas apresentadas e seus respectivos comportamentos. A crítica proferida pela imprensa à época também atestava que “o tom de fábula fez o folhetim parecer dedicado ao público infantil, embora esta não seja a proposta inicial”.

Consta da ação, a informação de que a TV Globo foi notificada pelo Ministério da Justiça, durante a exibição da novela, sobre a inadequação dos conteúdos veiculados. Embora a trama já houvesse sido transmitida por mais da metade da sua integralidade, a concessionária se comprometeu a passar a respeitar os critérios de classificação

etária. Entretanto, o consumo ostensivo de drogas lícitas, com a exibição inclusive de cenas de embriaguez, permaneceu até o fim da obra.

Na ação, o MPF/DF ressaltou que a Constituição Federal dispõe que assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade, ao respeito, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, violência e opressão é dever, não só da família, como da sociedade e do Estado, e devem ser tratados com absoluta prioridade. Destacou ainda que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas, que determina a observância do bem-estar social, espiritual e moral da saúde física e mental da criança.

Por fim, o Ministério Público lembrou que o STF, em importante e recente julgado (ADI 2404, acórdão publicado em 01/08/2017, Relator Ministro Dias Toffoli), decidiu que “sempre será possível a responsabilização judicial das emissoras de radiodifusão por abusos ou eventuais danos à integridade das crianças e dos adolescentes, levando-se em conta, inclusive, a recomendação do Ministério da Justiça quanto aos horários em que a referida programação se mostre inadequada.”

<http://www.diarioinduscom.com/mpf-ministerio-publico-federal-aciona-tv-globo-por-danos-morais-coletivos/>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

ANATER publica edital para diversificação do tabaco

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) publicou, após cinco anos, a quarta Chamada Pública de Ater para atender 3.840 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs), em 42 municípios produtores de tabaco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para atender os princípios do Programa de Diversificação das áreas cultivadas com tabaco, a saída negociada será a publicação de outro Edital. A Chamada Pública nº 04/2018, no valor de R\$ 14.237.928,91, vai selecionar entidade governamental que prestará serviços de Ater aos agricultores, até 2020.

O edital está dividido em quatro lotes, sendo dois para o estado do Rio Grande do Sul, contemplando 2.080 UFPAs em 24 municípios, e dois para Santa Catarina, contemplando 1.794 UFPAs em 18 municípios, observando o atendimento ao percentual mínimo de 50% de mulheres rurais e 25% de jovens, do público total.

Fonte: ANATER

http://www.anater.org/ler_noticia.jsp?c=Ly8xNTUvLW==

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Venâncio Aires lidera abertura da colheita municipal do tabaco

Cidade já foi capital do chimarrão

Em outubro de 2017, o Estado do Rio Grande do Sul promoveu o dia estadual da colheita do tabaco, com presença do Governador José Ivo Sartori, e autoridades. Seguindo este calendário, criado como ação de marketing, o município de Venâncio Aires, segundo maior produtor do Estado, resolveu liderar o dia municipal da colheita de tabaco.

Conhecido até a década de 1980 como capital da erva-mate, Venâncio Aires foi reduzindo ao longo dos anos o cultivo da erva usada no chimarrão, benéfico na prevenção de doenças, para reforçar a cultura do tabaco, planta que transformada em cigarro promove adoecimento e morte.

O dedo invisível do mercado somado aos preços irrisórios e ao mercado limitado da erva explicam, mas não justificam, a gradativa mudança de uma cultura por outra. A permanência do consumo de cigarros graças ao marketing da indústria do tabaco, principalmente entre jovens, consolidou o mito uma economia eternamente rentável. No entanto, o consumo global vem se reduzindo entre os países signatários da CQCT.

Em 2000, Venâncio Aires produziu 20.700 toneladas de erva-mate, caindo para 10 mil em 2006. Em seu lugar surgiu um município que chegou a segundo maior produtor de tabaco do país, com 4.421 famílias produtoras.

O Rio Grande do Sul possui sete dos 10 maiores produtores de tabaco do Brasil: Canguçu, São Lourenço do Sul, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Camaquã e Vale do Sol. Juntos, esses municípios respondem por 16% do total produzido na Região Sul, com 87.164 toneladas. Ao todo, 236 municípios gaúchos plantam tabaco e o Estado responde por mais de 50% da produção brasileira.

Depois de muitos anos como maior produtor de tabaco, Venâncio Aires caiu no ranking conforme levantamento do SindiTabaco com base em dados da Afubra. Na safra 2015/2016 o município foi superado na produção por Canguçu e São Lourenço do Sul, ambos também do estado.

Fonte: Folha do Mate – Edição: SE-Conicq

<http://www.folhadomate.com/noticias/geral/festa-municipal-do-tabaco-deve-ser-em-outubro->

Centro Vocacional da Diversificação da Fumicultura é voltado para acabar com monocultura do tabaco

MCT, Município e UNISC formaram parceria para sua implantação

A inauguração do Centro de Vocação Tecnológica (CVT) da Diversificação da Fumicultura, que ocorreu em março durante o Expoagro Afubra, em Rio Pardo, pretende por fim a monocultura do tabaco na região, além de servir como referência para o projeto do Centro do Polo da Proteína - iniciativa lançada pela Prefeitura de Venâncio Aires em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

O pró-reitor da Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, Angelo Hoff, que está a frente do projeto de Venâncio Aires, informou que a iniciativa terá recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para o Secretario de Agricultura de Venâncio Aires, André Kaufmann, o Centro Vocacional Tecnológico deve contribuir com todos os municípios do Vale do Rio Pardo.

“Praticamente toda a região trabalha com monocultura. Embora o tabaco ainda seja o que dá mais renda aos produtores, paralelamente, precisamos trabalhar com outras culturas. O CVT vai fortalecer esse trabalho na região”, argumenta

O Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Werner destacou que os convênios entre prefeituras e Unisc - que é a parceira para o estabelecimento dos CVTs - são formas necessárias para a implementação dos centros.

A Afubra participou do processo do CVT de Rio Pardo cedendo a área a partir de desapropriação amigável.

Fonte: Folha do Mate – Edição: SE-Conicq

<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/centro-de-vocacao-tecnologica-de-rio-pardo-e-o-espelho-para-venancio>

The Guardian revela avanço do trabalho infantil nas lavouras de tabaco

Os números de crianças trabalhando em lavouras têm migrado dos países mais desenvolvidos para os periféricos. Entre 2000 e 2013, Brasil, Turquia e Estados Unidos conseguiram reduzir o número de crianças, enquanto países como México, Argentina, Índia e Zimbábue vem aumentando.

Uma reportagem investigativa do jornal inglês The Guardian concluiu, comparando três Continentes, que a indústria do tabaco está recorrendo cada vez mais ao trabalho infantil, sobretudo em países mais pobres.

No Malawi, crianças são forçadas a deixar a escola para ajudar os pais nas plantações, induzidas pela indústria do tabaco, que só paga após a colheita. No México, o jornal presenciou crianças trabalhando em sete das dez plantações visitadas. Na Indonésia, o jornal conversou com várias crianças, incluindo uma que se queixava de problemas de saúde resultantes da atividade.

Provocadas pelo jornal, as multinacionais do tabaco garantiram que estão reforçando medidas para acabar com o trabalho infantil. No entanto, o fenômeno aumenta em países onde famílias altamente endividadas são forçadas a aceitar ofertas de trabalho apresentadas aos seus filhos.

“Não foram tomadas medidas efetivas para reverter este cenário”, garante Vera da Costa e Silva, Chefe do Secretariado da CQCT, acrescentando que em 2011, 1,3 milhões

de crianças trabalhavam na produção de tabaco e que o número tem aumentado em países como a Argentina, a Índia ou o Zimbábwe.

"O que ocorre é que a produção de tabaco dá lucros á indústria, e renda muito baixas aos produtores de tabaco", conclui Costa e Silva.

A denúncia não é inédita, com o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos listando oficialmente 16 países onde se suspeita que a indústria do tabaco recorra a mão-de-obra infantil, e a organização não-governamental Human Rights Watch a registar o fenómeno no Bangladesh, Cazaquistão, Indonésia, Brasil e Zimbábwe.

Fonte: Publico – Edição: SE-Conicq

<https://www.publico.pt/2018/06/25/mundo/noticia/trabalho-infantil-e-cada-vez-mais-utilizado-na-industria-do-tabaco-1835747>

<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/25/revealed-child-labor-rampant-in-tobacco-industry>

TABACO ILÍCITO

Protocolo de combate ao mercado ilegal de tabaco começa a vigorar
Ministros do Mercosul assinam acordo para implementação conjunta

O secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco conquistou as 40 adesões para a realização da primeira reunião do protocolo internacional de combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco. Com isso, a primeira edição da MOP 1, sigla internacional do evento, fica confirmada para os dias 8 a 10 de outubro, em Genebra, na Suíça. O evento ocorre logo após a 8ª Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP 8), que acontecerá na Suíça, de 1º a 6 de outubro.

Durante a 42ª Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul, ocorrida em meados de junho, o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, assinou a declaração que ratifica a eliminação do Comércio Ilegal de Produtos de Tabaco. Além do Brasil, a Argentina, Uruguai, Chile e o Paraguai, também, assinaram o documento que declara a necessidade do acordo para todos os países que compõem o bloco.

"O combate ao contrabando é uma importante iniciativa para avançarmos ainda mais na queda do uso de tabaco. O Brasil firmou seu compromisso junto às Nações Unidas e reforça essa decisão junto aos países do Mercosul", declarou o ministro Gilberto Occhi.

Conforme informações oficiais do secretariado, o protocolo entrará em vigor, oficialmente, em 90 dias.

"A entrada em vigor do protocolo marca uma conquista histórica no fortalecimento das ações das comunidades internacionais contra a epidemia do tabaco", diz a publicação oficial da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

A chefe do secretariado, a brasileira Vera Luiza da Costa e Silva, destacou que a adesão dos países "mostra o compromisso político e ação urgente" para abordar o tema.

Fonte: Folha do Mate – Edição: SE-Conicq

<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/protocolo-internacional-de-combate-ao-mercado-ilegal-de-tabaco-entrara-em-vigor>

CIGARRO ELETRÔNICO

Pesquisador da PMI relata que doenças associadas ao tabagismo como motivador da criação do tabaco aquecido

Multinacional classifica produto como Produto de Tabaco de Risco Modificado

Durante o 11º Congresso Internacional de Autoimunidade, um evento que reuniu em Lisboa mais de três mil participantes que se dedicam ao tratamento e investigação das doenças autoimunes, o pesquisador da Philip Morris, Nicolai Ivanov, foi entrevistado pelo Jornal Médico, de Portugal, com o intuito de perceber quais as principais diferenças entre o tabaco “tradicional” e os DEFs. Nos últimos anos, a Philip Morris tem neste tipo de produto. Desde 2008 foram investidos pela PMI mais de quatro milhões de dólares.

Produtos de risco reduzido (PRR). Desde quando e porque é que este conceito surgiu como uma aposta da Philip Morris?

O conceito de redução de risco associada aos produtos de tabaco surgiu há várias décadas, quando ficou claro que os produtos de tabaco convencionais causavam doenças cardiovasculares, bem como outras doenças associadas ao tabagismo. Inicialmente, o enfoque estava na eliminação seletiva de determinados compostos nocivos ou potencialmente nocivos, tendo a Philip Morris International publicado os resultados de estudos sobre a redução de nitrosaminas específicas do tabaco e de cádmio em variedades de tabaco. Desde 2008, a empresa investiu mais de quatro milhões de dólares, e envolvimento de mais de 400 cientistas e engenheiros com o objetivo de desenvolver e avaliar produtos de risco reduzido. A ideia revolucionária por detrás do conceito de “aquecer sem queimar” é que esta abordagem reduz significativamente não apenas um ou dois, mas todos os constituintes nocivos ou potencialmente nocivos mensuráveis (em média até 90%), ao mesmo tempo que se preserva o sabor a tabaco importante para os atuais fumadores.

Em que dados se baseia a Philip Morris para afirmar que os mesmos reduzem o risco para fumadores que trocam o tabaco tradicional?

A Philip Morris tem publicado inúmeros estudos pré-clínicos e clínicos que demonstram a redução de exposição a constituintes nocivos ou potencialmente nocivos, quando um tabagista muda de cigarros para produtos sem fumo com potencial risco reduzido. Os resultados desses estudos também têm sido submetidos à FDA através de requerimento para autorização de comercialização do nosso produto de tabaco aquecido eletronicamente como Produto de Tabaco de Risco Modificado. Por outro lado, existem estudos independentes que têm demonstrado que o aquecimento do tabaco sem combustão reduz o risco de exposição a compostos

nocivos ou potencialmente nocivos. Atualmente, estamos realizando estudos para demonstrar a redução do risco de desenvolvimento de doenças relacionadas com o consumo de produtos de tabaco através da aferição de biomarcadores de risco de doença em tabagistas que mudaram para o sistema de aquecimento de tabaco durante 12 meses, em comparação com os que permaneceram fumando. Os resultados preliminares dos primeiros seis meses foram apresentados no *Global Forum on Nicotine*, demonstrando que logo ao fim desse período a maioria dos biomarcadores consubstanciam uma redução de risco.

Em termos quantitativos, um fumante irá fumar mais ou menos, se trocar para tabaco aquecido? Acredita que a expectativa psicológica de satisfação pessoal será satisfeita?

Estudos farmacocinéticos demonstram que o perfil de provisão de nicotina dos produtos sem combustão é muito similar ao de um cigarro, o que significa que a um nível molecular os fumantes que mudam para o tabaco aquecido tem um nível de satisfação similar. No quadro dos estudos clínicos, os questionários que avaliam os níveis de satisfação confirmaram que o nível de satisfação psicológica é similar. Por exemplo, o número de cigarros e de unidades de tabaco aquecido consumido pelos participantes *ad libitum* num estudo clínico de 90 dias foram muito similares.

Existem dados sobre incidência do câncer no tabaco aquecido? Se sim, quais?

O câncer e em particular o câncer do pulmão são um grupo de doenças altamente complexas com mecanismos potencialmente diferentes e pouco compreendidos. Teria sido mais fácil elaborar um estudo para a redução do risco de câncer do pulmão se o seu mecanismo fosse conhecido pela comunidade científica. Nestas circunstâncias, o melhor que podemos fazer é realizar um estudo num tipo especial de rato que é propenso a desenvolver tumores de pulmão mesmo sem exposição ao fumo de cigarro. Atualmente, estamos avaliando os resultados e tencionamos publicá-los num futuro próximo.

Fonte: Jornal Médico – Edição: SE-Conicq

<http://www.jornalmedico.pt/entrevista/35698-nicolai-ivanov-estudos-independentes-mostram-que-o-aquecimento-do-tabaco-sem-combustao-reduz-o-risco-de-exposicao-a-compostos-nocivos-ou-potencial>

MUNDO SEM TABACO

Governo de Moçambique exige afastamento de crianças do cultivo de tabaco

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique, Vitória Diogo, defendeu o afastamento de crianças do cultivo do tabaco, enfatizando que devem ser encontradas fontes alternativas de sobrevivência para as famílias envolvidas nessa atividade.

Vitória Diogo assinalou o compromisso do Governo moçambicano com a eliminação do trabalho infantil no cultivo do tabaco, quando falava após a assinatura de um

memorando de entendimento com a Fundação para Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT, na sigla em inglês).

“Não somos contra a possibilidade de a criança poder trabalhar, mas tem que se ocupar com atividades que correspondam à sua idade, que não ponham em perigo o seu crescimento harmonioso”, declarou Vitória Diogo.

A prioridade na ocupação da criança é a escola, visando garantir uma preparação adequada para o seu futuro profissional, acrescentou a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique.

“Em 2017, o Governo moçambicano aprovou a lista dos trabalhos considerados perigosos para as crianças, que visa identificar em cada setor de atividade os trabalhos que pela sua natureza e condição perigam o desenvolvimento são e harmonioso das crianças”, afirmou.

Vitória Diogo disse que o combate às piores formas de trabalho infantil exige esforços conjugados por parte de toda a sociedade. A governante adiantou que a ECLT vai disponibilizar 1,2 milhões de dólares (um milhão de euros) para atividades relacionadas com o combate ao trabalho infantil das crianças no cultivo do tabaco, ao abrigo do memorando assinado esta quarta-feira.

Por seu turno, o diretor-executivo da ECLT, David Hammond, realçou a necessidade de um esforço coletivo para o combate ao trabalho infantil, como forma de proteger as crianças e garantir o seu futuro. “O lugar da criança é na escola e esse é um direito que a ECLT gostaria de ver proporcionado a todas as crianças”, frisou Davi Hammond.

O memorando prevê a capacitação de magistrados, polícias e inspetores de trabalho em matérias ligadas ao trabalho infantil. A divulgação da lista de trabalhos considerados perigosos em todo o país também se inscreve no rol de atividades preconizadas no memorando.

Fonte: Observador – Edição: SE-Conicq

<https://observador.pt/2018/06/27/governo-de-mocambique-exige-retirada-de-criancas-do-cultivo-de-tabaco/>

Tóquio aprova legislação contra o tabaco para as Olimpíadas de 2020

Primeiro-Ministro japonês apoia indústria do tabaco

A prefeitura do Tóquio regulamentou o uso de produtos de tabaco através de novas leis que entrarão em vigor em 2020, antes das Olimpíadas, proibindo o fumo em escolas, creches, hospitais e restaurantes. No entanto, os restaurantes ainda poderão abrir espaços para fumantes em ambientes fechados, embora os clientes não possam comer ou beber dentro da área para fumantes. Quem infringir a lei deverá ser multado.

Os legisladores estão trabalhando para adotar uma lei nacional de ambientes livres do tabaco de modo a banir o cigarro dentro de escolas, hospitais e grandes restaurantes. Ao contrário da proibição de Tóquio, a lei nacional permitirá que as pessoas fumem em restaurantes com menos de 100 metros quadrados. Restaurantes maiores terão que criar espaços especiais para fumantes.

"A lei de Tóquio é mais rigorosa (do que a lei nacional), mas da perspectiva dos padrões globais, devo acrescentar que há outros países que adotam regras muito mais rígidas", observou Koike.

A proibição de fumar em todo o país tem sido fortemente combatida por membros do Partido Liberal Democrático do primeiro-ministro Shinzo Abe, que apoiam a indústria de tabaco, em parte estatal.

A Japan Tobacco — monopólio de tabaco do país — foi fundada pelo governo do Japão em 1898 para obter receitas a partir das vendas de tabaco. Atualmente, o governo japonês possui um terço da Japan Tobacco, a terceira maior empresa de tabaco do mundo. Os cigarros no Japão custam 4 dólares por maço e não possuem advertências sobre os riscos para a saúde.

Fonte: [Sputniknews](#) – Edição: SE-Conicq

https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018062711583322-toquio-cigarro-fumo-jogos-olimpicos/

Fonte: [FAC](#) – Edição: SE-Conicq

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA